

1

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO
ATA DA REUNIÃO DE 14 DE ABRIL DE 2023
SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 01/2023**

-----Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, realizou-se no auditório da Junta de freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de freguesia com as seguintes presenças. -----

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

Presidente: Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

1.º Secretário: Paulo Jorge Lavadinho da Silva

2.ª Secretária: Cláudia Sofia Oliveira Rosa

Maria Manuela das Neves Zacarias Davide

João Paulo da Silva Santos

André Jorge Neves da Luz

Luís Pedro Parreira da Silva

FALTAS JUSTIFICADAS:

Dinis Filipe Lourenço Loja

Catarina Marques Nobre de Sousa

Ana Raquel da Silva Costa Gil

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

Presidente: José Pedro do Nascimento Arsénio

Secretária: Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

-----Verificada a existência de quórum o Presidente da Assembleia deu início à reunião eram 19h10 horas. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Presidente da Assembleia informa que os membros Dinis Filipe Lourenço Loja, Catarina Marques Nobre de Sousa e Ana Raquel da Silva Costa Gil, enviaram as devidas justificações de falta a esta sessão que ficarão apenas à ata, sendo substituídos, de acordo com

o n.º1 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia de freguesia, pelos cidadãos imediatamente a seguir eleitos da lista, designadamente, Paulo Jorge Lavadinho da Silva, Maria Manuela das Neves Zacarias Davide e dada a impossibilidade dos dois cidadãos imediatamente a seguir, esteve presente o cidadão eleito João Paulo da Silva Santos. -

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

O Presidente da Assembleia informa que serão cedidos aproximadamente vinte minutos para intervenção antes da ordem do dia. -----

-----O membro da Assembleia André Luz pede a palavra e inicia a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Refere a sua satisfação em ver quase realizada uma proposta que constava em ambos os programas eleitorais que era a criação da estação de carregamento de veículos eléctricos da freguesia de Porto Covo, assinala a sua importância e pergunta quando é que a mesma começa a funcionar. Elencando neste assunto e com o objetivo de tornar a freguesia cada vez mais verde, refere a sua preocupação e não sabe se já têm essa consciência, que considera necessária, em relação à quantidade de bicicletas que circulam na estrada de S. Torpes - Porto Covo, sendo referida aqui, sem qualquer juízo de valor ou negatividade. Diz que sabe que a freguesia só começa na Vieirinha, mas esta é uma preocupação sua e diz estar um pouco desagradado por Porto Covo estar a evoluir em direcção ao verde, mas não ter ainda uma ciclovia que seria importante ter em conta. Como se está a chegar ao verão, manifesta a preocupação em relação ao parquímetro na zona da orla costeira usado pelos frequentadores das praias e considera ser altura de se começar a pensar numa solução possível para este problema dentro daquilo que são as competências e a capacidade que a Junta pode ter. Em suma, ver resolvida a situação da circulação das bicicletas com condições e em segurança e a situação do estacionamento que já é muito antiga e de solução difícil, mas crê que em conjunto seja possível encontrar uma solução.

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e informa que quer focar três pontos. Primeiro questiona como está a situação do Centro de Dia e se vamos continuar à espera não sabe bem do quê para a sua conclusão. O segundo ponto refere-se a ter visto, com agrado, primeiro no base.gov e depois nos documentos enviados pela Junta, informação sobre o furo para a água, diz que vê isso com muito agrado até porque o que estava estipulado era, no seu entender, um remendo e não uma solução. Pensa que esta poderá ser uma solução para um pouco mais de tempo dependendo do tipo de obra e refere que apesar de não ter condições para avaliar isso, parece-lhe que é uma melhor decisão, pergunta se os esgotos de Porto Covo estão em análise ou não, uma vez que já começam a apresentar problemas. --- O terceiro ponto tem a ver com o empreendimento da INATEL que está em obras há muito tempo, diz que foram colocadas umas chapas perto do cruzamento da Marmita onde recorrentemente ocorrem acidentes no verão e que lhe parecem estarem a ocupar um pouco da via e passeio e a tirar a visibilidade. Pede esclarecimento sobre se é legal a vedação estar assim ou se pode ser tomada alguma medida uma vez que sem as chapas a visibilidade já é reduzida e com as chapas torna-se quase nula. -----

----- O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta cumprimenta todos os presentes e sobre a estação de carregamento elétrico responde que é de facto uma melhoria considerável e vai ao encontro ao programa eleitoral apresentado, tal como tudo o que se tem vindo a desenvolver, tentamos ter o foco na estratégia ao nível do programa eleitoral e foi para isso que nós o construímos e sufragámos, acrescenta que a estação de carregamento de veículos eléctricos é uma necessidade e que reflete a visão do executivo relativamente ao futuro dos veículos automóveis no mundo. Neste momento, a empresa está a aguardar a

licença para se começar a utilizar o equipamento. Respondendo à circulação das bicicletas e também à circulação pedonal deixa uma nota relativa à Rota Vicentina cujo trilho dos pescadores que tinha início em Porto Covo passou posteriormente a ter início em S. Torpes e agora já se inicia em Sines, logo, há um grande fluxo de caminhantes que utilizam esse percurso via S. Torpes. Informa que há um projeto, não da Câmara, mas da CIM - Comunidade Intermunicipal, para fazer uma ciclovia em todo o litoral onde está contemplado Sines - Porto Covo e Porto Covo - Vila Nova de Milfontes. É uma candidatura da CIM aos fundos do Programa de Recuperação e Resiliência, é a própria componente comunitária da Comunidade Intermunicipal a desenvolver o projeto e não as Câmaras. Diz que concorda plenamente com a questão levantada e que o Presidente da Câmara é também um defensor da existência da ciclovia. Sobre a questão do estacionamento, com a qual também concorda plenamente, diz ser um problema que já se verifica há muitos anos, também prova que as praias de Porto Covo são procuradas por muita gente. O problema é muito maior por causa dos carros à beira da estrada e temos ainda a estrada do burrinho também fechada. Informa que o ICNF está a fazer pressão na Junta de freguesia no sentido de fechar o percurso da Samoqueira até ao burrinho junto às falésias, onde as caravanas costumam estacionar. O Executivo não tem cedido a esse pedido porque ia agravar o problema, as pessoas têm que estacionar e as obras da polis, com o objetivo da preservação, causaram uma redução significativa do espaço para estacionamento, antigamente o estacionamento era de terra batida e hoje está minimamente ordenado, mas o que tem vantagens trás também algumas desvantagens e esta é uma delas. Não é uma situação pacífica porque os terrenos à volta são privados, teria de haver uma desapropriação por utilidade pública, mas que levanta a questão de qual é o período dessa utilidade pública? É um período curto ou é o ano inteiro? Há por isso várias questões que se

levantam, mas é com certeza uma situação que nos deve fazer pensar em soluções para minimizar o impacto que se repete todos os anos. Diz que acerca desta matéria não consegue dar mais resposta nenhuma porque não depende exclusivamente da Junta. -----

Refere que sobre a questão do Centro de Dia estão aqui pessoas que podem dar uma resposta mais efetiva uma vez que se trata de um assunto diretamente entre a Associação "A Gralha" e a Câmara Municipal, é um assunto que tem preocupado o Executivo e que já foi levantado diversas vezes em sede de Assembleia Municipal, é algo que já passou todos os limites razoáveis. No último mês foi a reunião de Câmara a reativação dos trabalhos e há um reconhecer de que a obra esteve parada, fosse por falhas técnicas, ou por erros e/ou alterações de projetos não se sabe ao certo, mas o que facto é que atrasou, e só agora se vê continuidade no desenvolvimento do trabalho, no entanto, não tem resposta relativamente à data de abertura. -----

----- O membro da Assembleia Manuela David, enquanto Presidente da Associação "A Gralha", informa que não a instituição não sabe de nada pois a Câmara não informou se houve ou não o reinício da obra.

----- O Presidente da Junta diz que a relação entre a associação e a Câmara Municipal deve ser direta e não deve passar pela Junta de freguesia que, por sua vez, tem feito o acompanhamento que considera necessário e que lhe permite ter informação, diz que fez várias deslocações ao edifício e que estão a trabalhar nos acabamentos dos tetos falsos e das instalações elétricas. Foi-lhe informado que houve uma alteração ao projeto de eletricidade na cozinha, uma vez que tiraram a cuba da sopa para colocar um forno elétrico, alteração que influenciou todo o projeto elétrico que foi necessário refazer assim como os termos de responsabilidade, houve uma divergência entre o empreiteiro e o sub empreiteiro e daí o atraso. -----

----- O membro da Assembleia Manuela David diz que dois anos foram tempo suficiente para a Câmara resolver um problema que não resolveu. -----

----- O Presidente da Junta diz que toda a gente presente na sala é unânime em considerar que aquela obra devia ter sido inaugurada em Maio de 2021 como estava previsto. Diz que é com grande descontentamento que ao longo dos anos, o Centro de Dia é a única obra desenvolvida em Porto Covo nos boletins da Câmara Municipal. O que é certo é que tanto a Gralha como a Junta de freguesia têm de continuar a fazer pressão, é uma reivindicação nossa e da população que aqueles contentores deixem de operar porque já não têm condições nem para os funcionários, nem para os utentes, nem para ninguém, aquelas instalações eram provisórias por dois anos, começaram a funcionar em 2011, já têm mais 10 anos. -----

Em relação ao furo de captação de água, não concorda que seja uma solução. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva refere que disse que não sabia se era uma solução, mas sim, que lhe parecia ser melhor que a anterior. -----

----- O Presidente da Junta explica porque não concorda que seja uma melhor dizendo que em tempos a água que saia das torneiras era turva porque as captações de água em Porto Covo são ferrosas. O furo de captação de água vai ser feito na Bica zona que abastece, em termos de rega, o Jardim Público cujo sistema tem de ser desentupido todas as semanas porque tem impurezas ao nível do ferro, por isso, considera que a captação vai agudizar os problemas porque apesar de haver maior fluxo de água, em vez desta ser transparente vai ser amarelada e será uma mistura da água que vem de Sines que é branca que tem o problema de ser calcária com a água ferrosa ao nível de captação. Refere que a solução deste problema passava por haver reservatórios para que em períodos de baixo consumo permitir o reforço da água armazenada, diz que tem

defendido sempre a construção do depósito na Terça Parte. Outra solução será construir um depósito de água na zona do Sapal que vem apanhar a conduta antiga existente, fazendo o reforço na Terça Parte para meter aquele troço em funcionamento e fazer o anel e caso acontecesse alguma coisa na conduta de baixo colocava-se a conduta superior em funcionamento, situação que é o tal funcionamento em anel que ia ao encontro das nossas pretensões pois quando há menos consumo, porque há picos de consumo nomeadamente, quando as pessoas saem da praia, quando há a reposição da água das piscinas e quando o comércio começa a funcionar o que acontece geralmente na mesma altura, entre as 18h00 e as 22h00. No entanto, se houver capacidade de armazenamento teremos condições para dar resposta ao pico de consumo, atualmente, os bombeiros vêm precisamente nesses períodos reforçar o armazenamento, para não por em causa o abastecimento público, mas se tivermos os depósitos, a água está cá e conseguimos dar resposta imediata sem recorrer aos bombeiros. Consegue-se quantificar qual é o aumento ao nível populacional, ao nível de camas de alojamento turístico e consegue-se dimensionar aquilo que é a necessidade de capacidade de reservatório. É possível que não seja sustentável estarmos a fazer grandes investimentos porque a população é volátil, temos mil e quinhentos habitantes durante cinco meses, três mil durante outros cinco meses e depois temos dezasseis mil durante dois meses, é insustentável estarmos a fazer investimento para dezasseis mil porque só temos verbas para os mil e quinhentos, mas é preciso ir dimensionando e caminhando de forma a dar o passo à medida da perna. Podia haver a possibilidade de colocar os depósitos em funcionamento ou desativá-los. No entanto, diz sentir satisfação porque a Câmara Municipal já coloca o abastecimento de água e o sistema de esgotos em orçamento o que revela que já está reconhecida a existência do problema. Está perspectivado para Porto Covo cerca de 3 milhões de

euros, agora é preciso é que o investimento aconteça de facto. Em relação à ETAR diz que desde que a mesma foi construída nunca mais levou uma revitalização e que existe ainda outro problema, embora as condutas de esgoto da Urbanização da Quinta do Pessegueiro já não estejam ligadas à zona antiga, continua a haver construção no Bairro Joaquim da Costa e no Artigo 47.º que estão a sobrecarregar as condutas de esgoto antigas, onde temos ainda uma dimensão de manilha de 50 que passa para 30 e não está a ser dirigido diretamente para a estação elevatória da Praia Grande, está a vir à estação elevatória da Praia dos Buizinhos, esta situação é um problema porque o esgoto está a começar a aparecer na Baía, está constantemente entupido porque o volume é muito e porque há materiais como as toalhas etc., que não se desfazem com a água e fazem efeito tampão. Os serviços da CMS já não estão a conseguir dar resposta aos desentupimentos, serviço que tem sido feito pela "Jomarlimpa" e por outras empresas. O poço já levou mais um anel para facilitar a capacidade de sucção, mas não será suficiente e vai haver problemas na Praia dos Buizinhos, na Baía, na Praia Grande e no Cerro D'Águia. Esta situação não é novidade para ninguém, o problema é que de ano para ano a situação vai piorando. O problema é que, ou a Câmara Municipal tem capacidade de investimento, ou não consegue através de fundos comunitários porque como somos o único Município do Alentejo que tem captações próprias de água, não estamos em linha com as águas do Alentejo e como não exercemos a função cooperativa não podemos recorrer a fundos comunitários para financiar estas infraestruturas, nem a ETAR, nem os depósitos para abastecimento de água e assim tem de ser a Câmara a financiar a 100% essa infraestruturacão. -----

----- Sobre as chapas colocadas na obra pergunta ao Sr. Luís Pedro se o que ele identifica é a colocação dos tapumes da obra não da Inatel, mas do Grupo Pestana? Ao que o Sr. Luís Pedro responde serem de ambos uma vez que o da Inatel também está bem chegado

ao passeio. O Presidente da Junta diz que geralmente quando se inicia uma obra é feito um pedido de ocupação de via pública e deve ser o que está ali em falta. O licenciamento é Municipal e não existe aqui a prática da Câmara licenciar e pedir parecer ou informar a Junta de freguesia, esse ainda é um caminho a percorrer no sentido de sensibilizar a Câmara para nos dar conhecimento das suas deliberações na parte urbanística. Diz que vai procurar informação nesta matéria e alertar nesse sentido. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que a solução pode também passar pela colocação de um espelho. -----

----- O Presidente da Junta informa que está a ser feito um levantamento ao nível da sinalização na aldeia, numa primeira fase na zona antiga, seguido do Bairro Joaquim da Costa, Cerca do Meio e será feito também do artigo 47.º. Têm sido substituídos gradualmente alguns dos sinais, mas é um grande investimento porque cada sinal custa aproximadamente os 110,00€ e temos estado a articular a sinalização com a Câmara Municipal que nos cede alguns sinais e temos conseguido uma boa cooperação no sentido de haver uma uniformização e a substituição dos sinais necessários, existindo essa preocupação de ambas as partes. Ontem chegaram três espelhos que encomendamos, um será para substituir o da zona do Arneiro que está partido, outro para colocar no entroncamento da Rua Joaquim Augusto com a Rua do Norte que está descolorado e já não oferece condições de visibilidade, o outro fica em reserva. -----

----- Após o encerramento deste período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia dá início à ordem de trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1º PONTO: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise e aprovação o primeiro ponto que foi aprovado por unanimidade. -----

2º PONTO: ANÁLISE DA ATIVIDADE DA JUNTA NO I TRIMESTRE DE 2023 -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o segundo ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta diz que o relatório é o resumo do que foi feito nos primeiros três meses do ano e elucida, minimamente, aquilo que é a atividade da Junta de freguesia. Após iniciar a leitura do relatório realça que as reuniões com a Câmara ocorreram com maior regularidade, que houve reunião com a entidade gestora da rede de oferta dos Caminhos de Santiago e salienta que Porto Covo entra nestes novos percursos ao nível da via atlântica e que os mesmos são de extrema importância na valorização do caminho que defendemos para o turismo e para a sustentabilidade a par do que já é a Rota Vicentina. Relativamente à ambilital, há uma relação mais próxima que temos estado a desenvolver e a aprofundar, no sentido de conseguir resolver situações pontuais e outras crónicas que já se verificam há muitos anos ao nível da recolha seletiva, nos períodos de maior movimento. Diz que têm o objetivo de estar mais próximos da entidade e de estar em contacto permanente com eles e que hoje a Eng. Alexandra informou que a partir de maio passará a haver menos um motorista e perguntou se haveria conhecimento de outro motorista que pudesse assumir o serviço. A saída de funcionários das entidades públicas para o privado é de facto um problema, assim como outras situações que surgem diariamente e que juntos tentamos colmatar, houve um reforço na zona do Jardim Público, em termos visuais não é bonito, mas é preferível haver mais ecopontos do que ter o lixo no chão. Iremos continuar a fazer o reforço noutros pontos em que sejam necessários. Realça a exposição do Forte num claro objetivo de abertura do espaço ao público e este foi um dos pontos mais abordados aquando do debate durante a campanha eleitoral e tem ido amplamente em linha com a estratégia definida por todos, defendemos que é um património riquíssimo que é de todos e que devemos valorizar e manter aberto a quem o quer visitar. A apresentação do livro surge do objetivo de querer

revitalizar, dar dinâmica e desenvolver atividades na Casa da Juventude e Biblioteca. Ao nível dos apoios refere que freguesia de Porto Covo presta um grande apoio às várias coletividades. Com a associação "A Gralha" há uma relação de parceria uma vez que a associação apoia a freguesia no desenvolvimento de atividades e eventos e acaba por beneficiar com essa parceria com receitas revertem a seu favor, umas vezes mais, outras menos, dependendo do número de pessoas que vão aos eventos, mas que acaba por ser uma oportunidade da Associação se financiar e ter uma maior solvabilidade financeira. Ao nível do transporte dos idosos, é importante referir que há um contacto constante com a população das zonas rurais, com os mais idosos e mais isolados, onde a Junta de freguesia intervém desta forma para possibilitar a deslocação para compras, consultas e análises clínicas. De realçar o trabalho impar que a funcionária Sandra Silva tem desenvolvido nesta matéria cedendo o seu contacto às pessoas e estando sempre disponível quando há pedidos excecionais para vir a consultas, sendo facilmente articulado esse transporte, consideramos muito importante que exista esta proximidade entre a população e os serviços da Junta. -----

-----Ao nível da saúde, de realçar a construção do novo pólo de saúde que acredita não ser um processo tão difícil como o da construção do Centro de Dia, uma vez que não implica tantas exigências ao nível do projeto que consiste em dois consultórios médicos, dois de enfermagem, uma zona de recobro, casa de banho e uma receção, a única complexidade será o sistema AVAC. É uma obra da Unidade de Saúde do Litoral Alentejano e contámos com a visita do Secretário de Estado da saúde aquando do lançamento da obra que foi um ato muito positivo, diz que teve oportunidade de referir que dúvida que se consiga cumprir o prazo estipulado de nove meses para a conclusão da obra, mas é esse o seu objetivo e ainda bem. -----

----- Informa que o transporte da equipa de futebol para realização de treinos e jogos foi feito até um certo período e que deixou de haver essa necessidade. As mesas que foram cedidas à escola foram uma reivindicação dos pais e professores no sentido dos alunos deixarem de lanchar nas salas e puderem também fazer atividades no pátio. Realça a importância da abertura do Espaço do Cidadão pela possibilidade de prestar mais serviços com os mesmos recursos sem que as pessoas tenham que se deslocar para fora da freguesia, o que vai de encontro ao objetivo do Executivo de prestar um serviço de proximidade, voltado para a modernidade e apesar de muitos destes serviços poderem ser feitos online, temos de ter sensibilidade para perceber qual é a população que servimos. -----

----- Sobre os serviços exteriores refere que o arranjo dos caminhos rurais ainda constitui um problema porque a Junta não consegue dar a resposta que seria desejável na sua manutenção e este é um trabalho que nunca estará concluído porque todos os anos é necessário fazer novas intervenções em todos os caminhos. -----

----- O membro da Assembleia André Luz refere em que relação à ambilital houve um reforço pontual dos ecopontos em alguns locais, no entanto, gostava de perceber, em termos factuais, o que foi acordado que não fosse até então regular fazer-se, se foi acordado mais alguma coisa relativamente à recolha. Sobre o pólo de saúde fala-se em nove meses e pergunta se há alguma data prevista para o início do seu funcionamento. Diz que quer louvar a parte da proximidade que tem sido feita e pergunta qual o valor das letras decorativas que foram colocadas na Praia Grande uma vez que apesar de estarem discriminados vários valores este não é referido no relatório. -----

----- O Presidente da Junta responde que sobre à ambilital a Junta não tem qualquer interferência direta com a empresa intermunicipal e já teve oportunidade de referir noutras assembleias que a empresa é detida por sete municípios: Alcácer do Sal, Grândola, Sines, Santiago

do Cacém, Odemira, Ferreira do Alentejo e Aljustrel, cada um destes municípios tem características diferentes, em alguns deles é possível fazer uma recolha porta a porta porque o número de habitantes não oscila durante o ano, depois temos os outros que são zonas balneares mais no litoral, onde temos a questão da sazonalidade e a volatilidade do número de pessoas que servimos, a gestão destas empresas é dimensionada para a população que vai servir e no caso da nossa freguesia, há uma altura do ano em que as infraestruturas vão servir cerca de mil e quinhentos habitantes, e outra em que vão servir cerca de dezasseis mil pessoas. -----

Em relação aos ecopontos, o rácio numa fase inicial era uma bateria de três contentores para cada 300 habitantes, neste momento Porto Covo está com um rácio de 100 habitantes por bateria e há que referir que se as zonas da Cabeça da Cabra, Foros da Pouca Farinha, Ilha do Pessegueiro e Fonte Mouro há bateria forem colocados nesse role qualquer uma delas não serve os 100 habitantes. Dentro da localidade há pontos onde se verifica um maior volume de resíduos, é caso da zona do jardim público, junto ao mercado municipal e no estacionamento da baía, nesse sentido, o que tem sido falado com a ambilital é haver um reforço de contentores nos locais onde eles já existem porque já percebemos que não conseguimos que haja um reforço ao nível da recolha, o desejável seria em vez haver recolha duas vezes por semana passar a haver diariamente, mas o que acontece é que num dia recolhem o cartão, noutra o plástico e de duas em duas semanas é que é feita a recolha dos vidros, seja no verão ou no inverno. Refere como exemplo o Cercal onde a recolha é feita todo o ano com a mesma periodicidade. A recolha dos resíduos indiferenciados é feita diariamente na aldeia e feita à segunda, quarta e sábado nas zonas rurais porque é uma gestão direta da Câmara Municipal. Ao nível da ambilital, tendo em consideração aquilo que são as dificuldades nos serviços, tentamos colmatar de outra forma, não temos possibilidade de resolver essas dificuldades porque

requerem uma participação muito mais intensiva da parte dos municípios que na sua maioria não estão preocupados com o problema de Porto Covo, de Vila Nova de Milfontes, Longueira-Almogrove, S. Teotónio por causa da Zambujeira do Mar, Melides e Carvalhal. Este problema não se coloca em Sines, Santo André, Comporta e Tróia e aqui são eles que fazem a própria recolha, mas nós não temos condições para o fazer, assim, respondendo à questão, a relação de proximidade refere-se ao que havia quando entramos e ao que há agora no decorrer do nosso mandato e prendem-se com o tentar falar diretamente com os responsáveis para tentar resolver atempadamente os problemas e encontrar soluções. -

----- Sobre o Centro de Saúde informa que está a ser montado o estaleiro e a previsão é a obra começar em Maio e demorar nove meses, diz que disse junto dos responsáveis que nove meses será um prazo muito apertado para terminar a obra, mas o facto de terem esse objetivo é bastante positivo. -----

-----Relativamente às letras decorativas pode ficar feito requerimento para a contabilidade mostrar a respetiva fatura, mas adianta sem exatidão que ronda os 4.500,00€. -----

3º PONTO: APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO/2022: -----

----- O Presidente da Assembleia coloca em análise o terceiro ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- O Presidente da Junta refere que partindo do pressuposto de que os membros da assembleia tiveram tempo para analisar os documentos não irá ler o documento que acaba por ser uma síntese dos relatórios trimestrais aqui analisados ao longo do ano de 2022. Ao nível da prestação de contas chama a atenção para a execução orçamental e refere que há um esforço por parte do executivo para regularização de dívidas à Junta que se encontravam em atraso nomeadamente dos cacifos, dos armazéns de pesca, do mercado municipal, continuam a existir algumas questões ainda sem solução,

15

como a da loja do mercado municipal cuja renda no valor de 650,00€, abdicamos todos os meses devido ao processo estar ainda a decorrer em tribunal, é um valor considerável tendo em conta o orçamento da Junta de freguesia ainda tem de suportar as despesas com o advogado que está a defender o processo. Refere que o saldo de gerência de 104.542.62€ que não é o reflexo da falta de investimento, mas sim o resultado de uma gestão mais equilibrada e criteriosa e o não alocamento de verbas nomeadamente na despesa com pessoal de pessoas que estão de baixa e licença sem vencimento, este valor é a junção do saldo de gerência anterior com o que resultou da diferença dos gastos e proveitos do ano de 2022. --

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva referindo-se às Rotas de Porto Covo manifesta, do ponto de vista pessoal, algum desagrado em relação à forma como se processou o desenho dos dois caminhos circulares que fez juntamente com o Sr. Carlos de Jesus, uma vez que iniciaram o processo, mas depois a meio ficaram sem saber em que estado estava e que foram presenteados no fim, com um percurso feito sem que lhes tenha sido questionado nada, tudo bem que é uma decisão do executivo mas que depois resultou naquela alteração que foi necessário fazer porque perto da Fonte Mouro o percurso ficou marcado com passagem na estrada que vai para Vila Nova de Milfontes, uma zona bastante perigosa e acredita que se tivessem sido consultados não teria chegado a esse ponto. ---

-----Relativamente ao facto de ter sido aqui dito que existem apenas duas pessoas para varrer as ruas, diz que numa viagem que fez há uns anos a uma capital europeia viu um equipamento que inicialmente lhe pareceu não fazer tanto sentido para cá, mas que posteriormente viu ser usado no Cercal, um aspirador de rua elétrico e gostaria de propor a possibilidade de adquirir um equipamento desses para Porto Covo que considera ser uma vantagem e que melhorava muito o serviço porque atuaria numa maior zona com maior conforto e só traria vantagens, refere que a única desvantagem

será talvez o preço do equipamento, mas que talvez exista algum apoio para ir buscar parte desse dinheiro. -----

-----O Presidente da Junta diz que ao nível dos percursos pedestres de Porto Covo, conforme foi dito e bem a questão foi levada para a parte pessoal, diz que nunca escondeu como o mesmo se iria processar, informa que há muitos anos quando era Secretário da Junta num outro mandato, o Sr. Carlos de Jesus veio a uma das assembleias propor a marcação dos caminhos e na altura ficou decidido avançar, no entanto, os percursos estavam definidos mas havia a questão de quem é que executava e colocava a sinalética, esta situação foi sugerida já no final desse mandato e no seguinte também não avançou. Esclarece que quando este Executivo tomou a decisão de avançar com o percurso foi aqui, desde logo, manifestada por parte do membro da assembleia Luís Pedro a sua disponibilidade para ajudar a passar o percurso para formato digital, tornando mais fácil a sua identificação junto da entidade SAL, contratada pela Junta para proceder à sua infraestruturização tanto ao nível da marcação, painéis, sinalética como da divulgação dos percursos. A Junta procurou, numa fase inicial procurou junto da Rota Vicentina ligar as rotas circulares de Porto Covo com a Rota Vicentina o que foi recebido de mau agrado uma vez que implicava a alteração de todo o material de divulgação da Rota para inclusão destes percursos, foi-lhes dito que não, que a Junta identificava e implementava os percursos de Porto Covo que incluíam o do Seissal que está dentro da nossa freguesia e um dia que a Rota Vicentina fizesse uma reformulação dos materiais de informação e divulgação seriam implementados os percursos de Porto Covo e foi esse o nosso posicionamento. Informa que têm sido encontrados muitos entraves por parte das várias entidades e até ao nível do esclarecimento por parte da Câmara Municipal sobre qual dos percursos é o PR1 se o da Costa do Norte ou o da Praia do Seissal. Esclarece que aqui não houve qualquer má fé, houve realmente o erro referido que foi

rapidamente identificado pelo Sr. Carlos e resolvido no próprio dia com o responsável pela implementação do percurso. Passa a palavra à funcionária Sandra Silva para o caso desta querer acrescentar alguma informação, a funcionária informa que o primeiro contacto com a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal foi feito em Julho de 2022 com o objetivo de dar início ao processo de registo dos percursos, no entanto, a federação só contactou a Junta em abril de 2023, numa fase em que o processo já se encontra numa fase final, está apenas pendente da resolução da existência de dois percursos com a mesma designação - "PR1 SNS", e nesse sentido foram feitos contactos com a Câmara Municipal de Sines, a Região de Turismo do Alentejo, a associação Rota Vicentina e a FCMP, mas nenhuma entidade, até à data, têm a resposta para esta questão que é fundamental para incluir na sinalética e para constar no guia de divulgação dos percursos, estando a conclusão do processo neste impasse. -----

----- O Presidente da Junta diz que a federação ainda levantou a questão da existência de um PR3 no Bairro da Provença. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que lhe pareceu ver lá algumas marcações. -----

----- O Presidente da Junta reforça que não há nada de pessoal e não há um desvincular do mérito que tanto os Luís como o Carlos têm neste processo. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que também não é isso que espera ou que procura. -----

----- Ao nível do equipamento de aspiração diz que cada freguesia tem a sua própria realidade e é gerida de forma diferente, gestão que tem a ver com os seus objetivos, características, quadros de pessoal e com a possibilidade ou não de se implementar determinadas ações. Sem dúvida que é um investimento que pode ser considerado, elevado ou não, depende daquilo que nós quisermos priorizar, seja ao nível do material de aspiração, seja a aquisição de qualquer

ferramenta ou equipamento. Existem freguesias à nossa volta que não têm o equipamento que a nossa tem, nem a despesa com o parque de viaturas e ferramentas que a nossa tem, é preciso perceber quais são as ruas que são possíveis varrer com esse tipo de equipamento que de facto entra nas prioridades deste executivo. A Câmara Municipal tem esse equipamento há alguns anos, mas começou a utiliza-lo agora, já foi feita a requisição desse material para a Junta experimentar e perceber se é uma solução antes de fazer um investimento de cerca de vinte mil euros num equipamento que pode não ser rentável ou exequível ou que, por outro lado, poderá ser uma mais-valia para os serviços. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca este ponto à aprovação e o mesmo foi aprovado por maioria com cinco votos a favor dos eleitos do PS e duas abstenções dos eleitos do PSD. -----

4º PONTO: APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DE 2023: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o quarto ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta informa que esta primeira revisão ao orçamento é para incluir o saldo da gerência do ano anterior, passamos com um saldo de gerência de 104.542,62€, valor que é dividido pelas várias rubricas. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca este ponto à aprovação e o mesmo foi aprovado por maioria com cinco votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos membros do PSD. -----

5º PONTO: APROVAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO AO PPI DE 2023: -----

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o quinto ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

-----O Presidente da Junta informa que no PPI reflete aquilo que é a despesa de capital e as rubricas em que são incorporados alguns reforços. -----

----- O Presidente da Assembleia coloca à votação o quinto ponto que é aprovado por maioria com 5 votos a favor dos eleitos do PS e duas abstenções dos eleitos do PSD. -----

6º PONTO: DIVULGAÇÃO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO: --

-----O Presidente da Assembleia coloca em análise o sexto ponto e cede a palavra ao Presidente da Junta que informa que houve uma alteração do programa informático e que há temos a perceção de que há bens que já não existem, já está a ser feita a identificação dos mesmos para ir a reunião de Executivo e passarem a constar no inventário como abatidos. Informa que houve um longo período sem se fazer esse levantamento e está agora a ser atualizado. -----

7.º PONTO: VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA PROPOSTA DO EXECUTIVO PARA EXERCÍCIO DO MANDATO EM REGIME DE PERMANÊNCIA A MEIO TEMPO PELO PRESIDENTE. -----

-----O Presidente da Assembleia coloca este ponto em análise e cede a palavra ao Presidente da Junta que informa que este ponto requer apenas a aferição da veracidade dos dados que constam no documento. -----

----- O membro da Assembleia Luís Pedro Silva diz que concorda em pleno e que até já devia ter sido há mais tempo, mas levanta duas questões: Porquê agora? Se tem a ver com alguma atualização da delegação de competências ou com outro motivo. A segunda questão tem a ver com o dinheiro que está alocado a esta alteração, estamos a falar de um aumento do orçamento ou vamos suprimir algo para que possa haver essa alteração? -----

----- O Presidente da Junta diz que não percebeu a primeira pergunta e após ser repetida a questão pelo Sr. Luís Pedro Silva o Presidente responde que em primeiro lugar houve uma alteração à lei que veio possibilitar, em Janeiro de 2022 e não logo a seguir às eleições devido ao período de aprovação da lei, que todos os presidentes de junta podem passar a exercer o mandato em regime de meio tempo, alterando também a cláusula em que só poderia

exercer em regime de meio tempo os eleitos das freguesias com mais de 1500 eleitores e a despesa do meio tempo era suportado pelo orçamento da Junta de freguesia. Refere que em 2022 interpretou erradamente que só poderia desempenhar as funções a meio tempo e não a tempo inteiro porque há uma parte que é suportado pelo orçamento de Estado e a Lei diz que desde que não ultrapasse os 12% do seu orçamento a outra metade é suportada pelo orçamento da Junta de freguesia, podendo assim exercer o mandato a tempo inteiro. A Junta de freguesia de Porto Covo é uma Junta já com alguma dimensão e com algumas problemáticas que requerem um acompanhamento diário e há um prejuízo muito grande a seu nível pessoal, do próprio executivo e da sua entidade patronal porque como devem imaginar há necessidade de frequentemente atender telefonemas, de estar em contacto com os serviços e isso resulta num mau estar ao nível da entidade patronal e faz com que exista prejuízo da sua prestação sem que, ao mesmo tempo, possa fazer um acompanhamento das necessidades dos serviços. Isto acontece com qualquer outro Presidente que assuma este cargo porque é importante e necessário estarmos presentes no Concelho Municipal de Educação, no Concelho Municipal de Juventude, nas reuniões do Concelho Local de Ação Social, do Concelho Municipal de Defesa da Floresta, ou seja, há uma série de reuniões nas quais é importantíssimo a Junta marcar presença porque para se poder decidir ou vincar a nossa posição temos que estar presentes naquilo que é a defesa dos interesses da freguesia. -----

----- O membro da Assembleia André Luz diz que é a favor que o cargo seja remunerado, atendendo que Porto Covo tem durante o inverno cerca de mil e quinhentos habitantes e no verão entre quinze a dezasseis mil. É uma freguesia com particularidades que diferem de algumas freguesias do interior e daí ser a favor e refere que a responsabilidade que o cargo acarreta deve ser remunerada. Questiona se em termos orçamentais esta situação estava prevista ou

se terá de ser feita mais tarde alguma revisão para ajustar esta parte que é suportada pela Junta, tendo em conta que a remuneração é dividida entre a DGAL e a Junta de freguesia pergunta se esta parte está prevista ou se terá de ser retirada de alguma outra parcela para que se possa proceder a esta remuneração. Reforça que quer deixar bem claro que é completamente a favor que o exercício do mandato seja remunerado. -----

-----O Presidente da Junta diz que indo de encontro ao que foi dito esta não é uma remuneração atribuída pelas responsabilidades que são assumidas é para se desempenhar as funções, estar presente, disponível, fazer o acompanhamento dos serviços. Para a implementação daquilo que defende para a freguesia é preciso estar presente é por isso que atualmente tem a sexta-feira disponível para desempenhar funções inerentes à Junta de freguesia e para tal, a Junta de freguesia paga à sua entidade patronal. Informa que a Junta de freguesia paga-lhe 283,59€ por mês em regime de não permanência, nem a meio tempo, nem a tempo inteiro, tal como paga 226,87€ ao Tesoureiro e à Secretária. A Junta ao assumir o pagamento do meio tempo vai deixar de pagar esse valor, assim como o valor que é pago das 36 horas à sua entidade patronal, não havendo assim um acréscimo na despesa, poderá haver apenas ao nível dos descontos para a segurança social na ordem de mais dois mil euros a dividir pelos 14 meses o que não será representativo em termos orçamentais, não sendo, por isso, necessária qualquer alteração ao orçamento. -

-----**APÓS A ORDEM DO DIA:** -----

----- O Presidente da Assembleia, após constatar a presença de público que não estava presente antes da ordem do dia concede tempo para alguma intervenção que queiram fazer. -----

----- O Sr. Carlos Braga pede a palavra, informa que mora na Rua do Impasse onde as ervas que chegam a atingir um metro de altura e a limpeza é feita por si porque os serviços da Junta,

apesar de limparem a rua ao lado que vai até à farmácia, nunca passam pela sua, solicita que isto seja tomado em consideração e que os serviços passem a limpar aquela rua também. -----

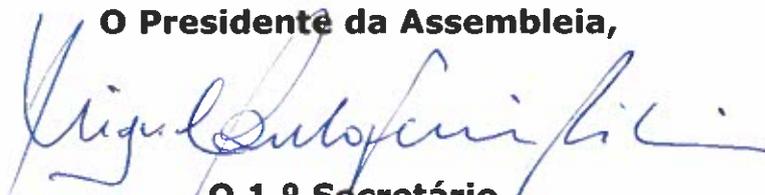
-----O Presidente da Junta diz que assume a sua culpa e responsabilidade porque efetivamente a rua não tem sido limpa e como é uma rua sem saída não tem verificado se é feita a sua limpeza, mas fica registado o alerta e agradece a chamada de atenção. -----

-----O Sr. Carlos Braga agradece ter tido a oportunidade de manifestar esta questão. -----

-----Procedeu-se à aprovação, por unanimidade, dos pontos em minuta para que possam ter efeitos legais imediatos. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 20h35 horas, do dia 14 Abril do ano de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia,



O 1.º Secretário,



A 2.ª Secretária,

